

# OS AGRICULTORES E SEUS ESTABELECIMENTOS: DADOS E ÍNDICES SELECIONADOS DO CENSO AGROPECUÁRIO DE 2017<sup>1</sup>

Adrielli Santos de Santana<sup>2</sup>  
Gesmar Rosa dos Santos<sup>3</sup>

## 1 INTRODUÇÃO

Esta seção traz informações adicionais aos textos que trataram do censo agropecuário de 2017, destacando variáveis com foco nas heterogeneidades e no perfil socioeconômico dos produtores e da produção. O objetivo é complementar o enfoque dos textos que discutem a diversidade rural e a produção no boletim. Embora não sejam criados ou calculados indicadores no seu sentido estrito, principalmente no que tange aos atributos socioambientais (Bellen, 2002; Costa, 2010; FAO, 2017), indica-se a necessidade de avanços nesse sentido.

Tendo em vista o suporte a publicações futuras, o debate sobre indicadores da agricultura na perspectiva da sustentabilidade socioambiental é uma necessidade para avaliação das políticas. No momento em que aumentam as restrições e até mesmo as barreiras a produtos agropecuários e agroindustriais brasileiros, cresce a necessidade de se elaborar indicadores que mostrem realidades, capacidades e vantagens da nossa agropecuária, como também seus desafios no tocante à produção ambientalmente sustentável. Entraves dessa natureza são costumeiramente registrados na agropecuária e agroindústria e nas relações comerciais no âmbito da Organização Mundial de Comércio (OMC), principalmente envolvendo países membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Rússia, China e outros importantes parceiros comerciais do Brasil.

Assim, os dados a seguir apresentados chamam atenção, além das disparidades, heterogeneidades e diversidades da agropecuária, para a importância das diferentes dimensões da sustentabilidade. São destacadas as características regionais como a concentração da produção, a expansão de áreas agrícolas e o uso de tecnologias, diretamente relacionadas à diversidade do ambiente rural e às multifunções da agropecuária. O conteúdo é apresentado nos subtemas socioeconômicos, estruturais e produtivos de variáveis selecionadas do censo agropecuário de 2017, que têm relação com as políticas para a agropecuária.

---

1. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/brua23art16>

2. Pesquisadora do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (Dirur) do Ipea.

3. Técnico de planejamento e pesquisa na Dirur/Ipea.

## 2 ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DOS PRODUTORES

A condição de acesso da mulher à terra e à liderança dos estabelecimentos tem sido um dos maiores desafios no país, por questões históricas e tradicionais da família patriarcal no campo. A sucessão geracional, nessa condição, pode também ser afetada. No gráfico 1 se observa que, embora os percentuais por faixa etária dos responsáveis sejam semelhantes para homens e mulheres, os números são muito distintos, uma vez que, em média, a mulher é a titular em um de cada cinco estabelecimentos. Aspecto positivo é que o número de mulheres na direção dos estabelecimentos cresceu 44,2%, em comparação ao censo agropecuário de 2006, enquanto o número de homens diminuiu cerca de 9%. A participação feminina em relação ao total de estabelecimentos passou de 12,7% para 18,7% nos dois últimos levantamentos.

GRÁFICO 1

Grupos de idade e sexo do produtor responsável pelo estabelecimento (2006 e 2017)

Homens	Grupos de idade				Mulheres	
	2017	2006	2006	2017		
23,3	959.591	753.076	De 65 a menos e mais	153.625	212.176	22,4
23,9	983.964	906.308	De 55 a menos de 65 anos	147.044	202.738	21,4
24,6	1.011.631	1.062.403	De 45 a menos de 55 anos	145.717	212.857	22,5
17,7	729.552	1.017.283	De 35 a menos de 45 anos	117.870	174.591	18,5
8,6	355.271	631.602	De 25 a menos de 35 anos	70.125	113.797	12,0
1,7	70.441	148.709	Menor de 25 anos	21.874	29.916	3,2
<b>4.110.450</b>	<b>4.519.381</b>	<b>Total</b>		<b>656.255</b>	<b>946.075</b>	

Fonte: IBGE (2020).

A condição legal do produtor pode indicar o grau de organização produtiva e condições gerais de acesso a políticas, à comercialização e ao alcance de mercados. Na tabela 1 se observa que prevalece a condição individual, seguida pela condição de condomínio, consórcio ou união de pessoas.

TABELA 1

Número de estabelecimentos (em unidades) e condição legal do produtor

(Em %)

Condição legal do produtor	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Número de estabelecimentos (unidade)	5.073.324	580.613	2.322.719	969.415	853.314	347.263
Produtor individual	72,02	72,52	73,51	77,53	59,66	76,24
Condomínio, consórcio ou união de pessoas	27,48	27,24	26,25	21,54	39,60	22,91
Cooperativa	0,02	0,01	0,01	0,02	0,04	0,04
Sociedade anônima ou por cotas de responsabilidade limitada	0,26	0,08	0,09	0,58	0,41	0,47
Instituição de utilidade pública	0,01	0,01	0,01	0,02	0,02	0,02
Governo (federal, estadual ou municipal)	0,01	0,01	0,01	0,03	0,02	0,02
Outra condição	0,19	0,14	0,13	0,27	0,25	0,29

Fonte: IBGE (2020).

A condição legal da terra é fator que implica maior ou menor segurança jurídica, acesso a políticas públicas, empréstimos, seguros e garantias, qualquer que seja a condição do produtor. Como se observa nas duas tabelas seguintes (tabelas 2 e 3), há precariedade da relação com a terra, seja na condição de arrendamento, posse, ocupação, parceria e outros.

TABELA 2  
**Condição legal da terra**  
 (Em %)

Condição legal da terra	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Própria	81,0	84,4	77,2	83,2	86,4	80,6
Concedida por órgão fundiário ainda sem titulação definitiva	5,3	7,1	5,5	3,1	3,2	11,6
Arrendada	6,3	1,2	4,1	7,7	14,0	7,0
Em parceria	3,5	1,6	4,2	3,9	3,5	1,2
Em regime de comodato	6,5	2,4	9,2	5,5	5,1	1,8
Ocupada	2,7	3,9	3,6	1,2	1,5	1,6

Fonte: IBGE (2020).

Observando ainda a variável condição legal da terra, destaca-se o surpreendente percentual de apenas 81% dos estabelecimentos no Brasil de terras próprias, sendo apenas Rondônia, Bahia, Santa Catarina e Rio Grande do Sul próximos de 90%. Em todas as regiões, mesmo naquelas com centenas de anos de desenvolvimento agrícola, como as regiões Sudeste, Sul e Nordeste, há estados com menos de 70% de estabelecimentos em terras próprias, sugerindo: i) precariedade na regularização de terras; ii) continuidade de arrendamentos e ocupações por dificuldade de aquisição; e iii) arrendamentos por opção do produtor ou por abandono da atividade produtiva.

TABELA 3  
**Condição legal da terra nos estabelecimentos agropecuários por estados: terras próprias e arrendadas**  
 (Em %)

	Terras próprias		Terras arrendadas	
	Estabelecimento	Área	Estabelecimento	Área
<b>Brasil</b>	<b>81,0</b>	<b>84,9</b>	<b>6,3</b>	<b>8,6</b>
Rondônia	91,3	92,4	3,4	4,0
Acre	79,1	91,7	0,7	1,1
Amazonas	76,7	90,4	0,8	0,7
Roraima	70,3	81,5	0,7	3,6
Pará	87,0	92,4	0,8	2,2
Amapá	58,5	86,8	0,4	0,3
Tocantins	83,2	92,0	1,3	3,2
Maranhão	63,3	87,9	6,7	5,0
Piauí	70,8	84,8	5,0	3,0
Ceará	65,1	79,3	10,0	2,3
Rio Grande do Norte	72,8	79,5	3,8	4,5
Paraíba	71,9	82,8	2,8	3,0
Pernambuco	81,4	87,2	2,2	2,9
Alagoas	78,3	85,7	4,3	7,0
Sergipe	85,8	89,1	2,1	2,2
Bahia	88,3	91,3	1,2	3,4
Minas Gerais	86,6	87,1	6,4	8,2
Espírito Santo	79,0	88,4	2,7	3,6
Rio de Janeiro	74,8	84,9	8,4	9,1
São Paulo	77,7	62,8	14,5	19,3
Paraná	83,2	77,2	13,6	15,4
Santa Catarina	89,6	85,4	11,6	8,7
Rio Grande do Sul	87,6	73,0	15,5	20,8
Mato Grosso do Sul	69,9	83,7	8,6	11,3
Mato Grosso	85,0	86,2	5,4	10,6
Goiás	82,9	85,5	7,4	10,2
Distrito Federal	61,1	45,8	10,0	17,1

Fonte: IBGE (2020).

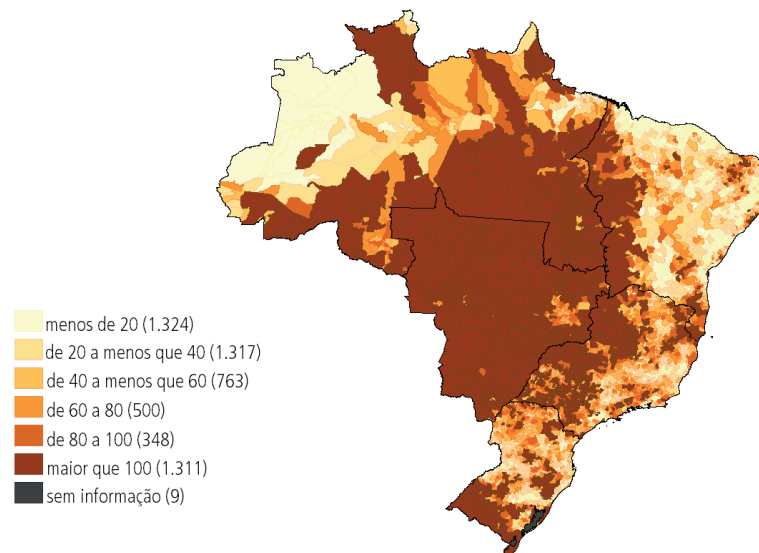
### 3 CARACTERÍSTICAS GERAIS DOS ESTABELECIMENTOS RURAIS

Apenas para fins ilustrativos, a figura 1 apresenta a distribuição dos estabelecimentos por tamanho, em todo o Brasil. O agrupamento evidencia a concentração de estabelecimentos de pequeno porte (incluindo os minifúndios) na faixa litorânea, principalmente na região Nordeste e também no Sudeste e Sul.

FIGURA 1

#### Área média dos estabelecimentos agropecuários no Brasil (2017)

(Em ha e quantidade de municípios)



Fonte: IBGE (2020).

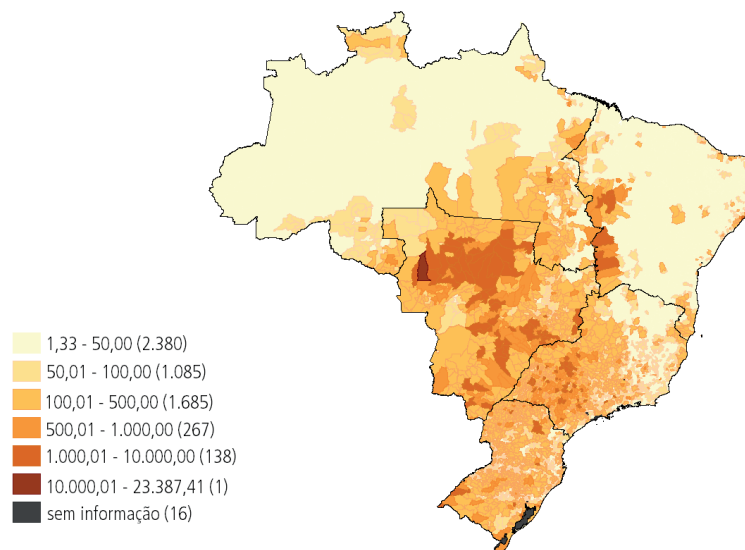
Uma consequência esperada derivada do tamanho das propriedades é que o porte da produção esteja diretamente ligado ao tamanho da propriedade, exceto para a existência de usos da terra na função de acúmulo de patrimônio não produtivo. A figura 2 ilustra que há convergência nesse sentido, comparando-se à figura anterior.

Para ampliar a compreensão sobre a estrutura de porte e tamanhos dos estabelecimentos agropecuários, a tabela 4 apresenta a área total dos estabelecimentos nos principais grupos de atividade econômica. Nota-se que grandes extensões de áreas são ocupadas pela pecuária e criação de animais, sendo acompanhadas em seguida pela produção de lavouras temporárias, exceto nos estados do Paraná, Rio Grande do Sul e no Distrito Federal. Cabe ressaltar que a integração de lavoura e pecuária é uma prática muito comum, que complementa as receitas de produção dos estabelecimentos.

FIGURA 2

**Porte dos estabelecimentos agropecuários em função das receitas por município**

(Em R\$ mil/estabelecimento e quantidade de municípios)



Fontes: IBGE (2020); Brasil, 2017.

TABELA 4

**Área total dos estabelecimentos por tipo de atividades econômicas**

(Em ha)

	Lavouras temporárias	Lavouras permanentes	Pecuária e criação de outros animais
<b>Brasil</b>	<b>91.409.423</b>	<b>14.128.777</b>	<b>223.711.018</b>
Rondônia	544.793	223.522	8.159.651
Acre	901.529	100.414	2.815.994
Amazonas	978.452	343.745	2.356.207
Roraima	348.978	226.889	1.869.604
Pará	3.461.802	1.898.290	21.333.674
Amapá	194.594	65.257	941.935
Tocantins	2.529.330	89.990	12.152.286
Maranhão	3.043.223	78.571	8.101.735
Piauí	3.893.581	322.176	5.136.558
Ceará	1.311.360	508.052	4.737.249
Rio Grande do Norte	389.897	121.950	2.126.590
Paraíba	612.929	52.593	2.652.473
Pernambuco	1.187.466	175.568	2.937.641
Alagoas	713.321	55.968	844.115
Sergipe	289.840	102.186	1.026.888
Bahia	6.068.696	2.428.731	17.475.930
Minas Gerais	6.479.323	3.071.478	24.873.403
Espírito Santo	171.794	1.232.355	1.434.327
Rio de Janeiro	199.584	128.033	1.897.288
São Paulo	7.829.616	1.512.622	5.548.748
Paraná	7.935.569	280.470	4.893.678
Santa Catarina	2.022.881	231.946	2.765.567
Rio Grande do Sul	11.301.320	372.114	8.703.988
Mato Grosso do Sul	4.823.426	52.970	24.288.704
Mato Grosso	17.712.901	303.664	35.109.656
Goiás	6.334.272	142.461	19.433.444
Distrito Federal	128.946	6.766	93.683

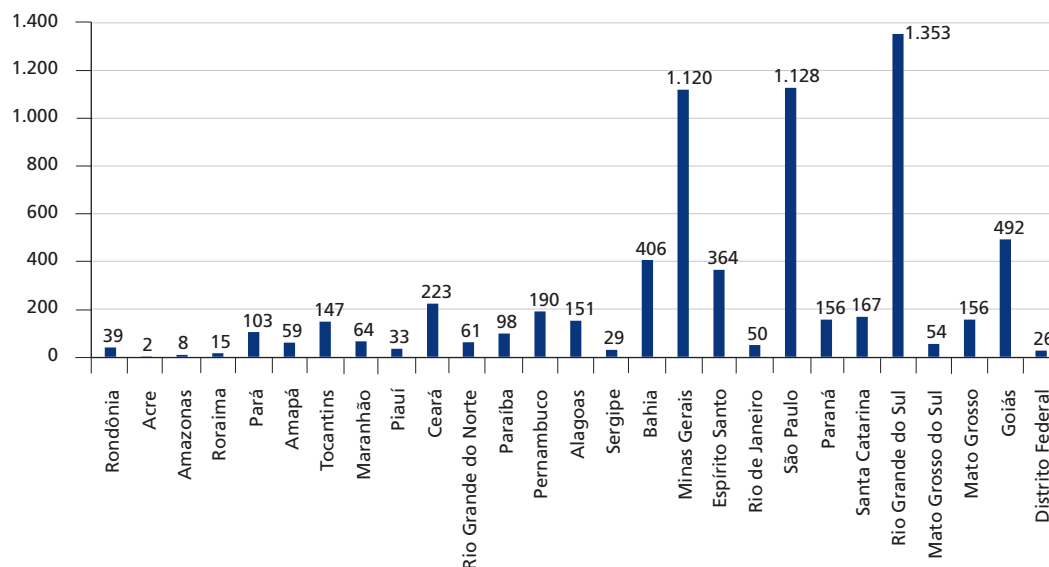
Fonte: IBGE (2020).

Tendo em vista a extensão das áreas ocupadas com lavouras, cabe enfatizar que apenas 6.694.245 ha foram declarados como área irrigada, representando cerca de 7,3% da área dos estabelecimentos com lavouras temporárias, ou quase o equivalente à área dessa atividade econômica no estado de Minas Gerais. O gráfico 2 dimensiona a área irrigada total entre os estados brasileiros.

GRÁFICO 2

Área irrigada

(Em 1 mil ha)



Fonte: IBGE (2020).

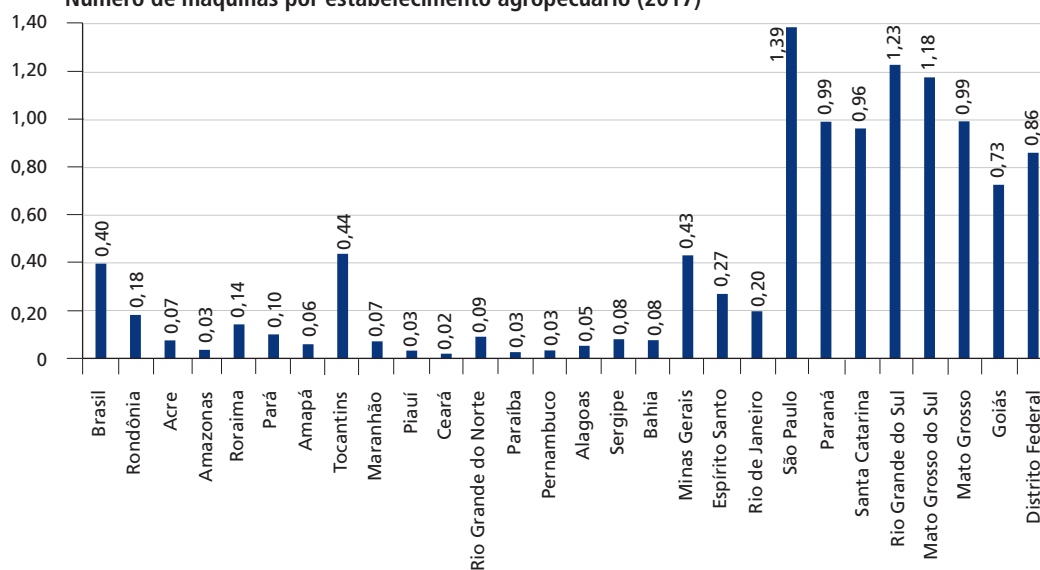
A mecanização de atividades nas lavouras, com a aquisição, o uso compartilhado e o aluguel de máquinas e equipamentos, é um importante fator indicador de adoção de tecnologias para a maioria dos cultivos. Em se tratando de máquinas de grande e médio portes e de propriedades de tamanhos médio e grande, a depender do módulo fiscal local, a adoção de máquinas expressa um conjunto de outras tecnologias adotadas.

O gráfico 3 apresenta a média de máquinas por estabelecimentos para todas as Unidades da Federação (UFs), em que se nota claramente que os estabelecimentos das regiões Centro-Oeste e Sul, mais o estado de São Paulo, têm a maior quantidade de máquinas por estabelecimentos. Análises da escala de produção, do porte dos estabelecimentos, do tipo de relevo, das capacidades de investimento, e dos tipos e tamanhos de máquinas e lavouras são necessárias para explicar as diferenças em relação aos demais estados.

Entre as tecnologias de manejo da terra e de elevação da produtividade das lavouras, pode ser destacado o uso de agrotóxicos. A figura 3 apresenta a utilização de agrotóxico para todo o Brasil e em escala municipal. Dados adicionais do censo agropecuário apontam que a prática de agricultura e pecuária orgânica continua residual em todas as regiões, abarcando aproximadamente 2% dos estabelecimentos agropecuários. Observa-se que a cada dez estabelecimentos agropecuários, aproximadamente sete declararam fazer uso de agrotóxicos na região Sul, três nas regiões Centro-Oeste e Sudeste, e dois no Norte e Nordeste, respectivamente.

GRÁFICO 3

Número de máquinas por estabelecimento agropecuário (2017)

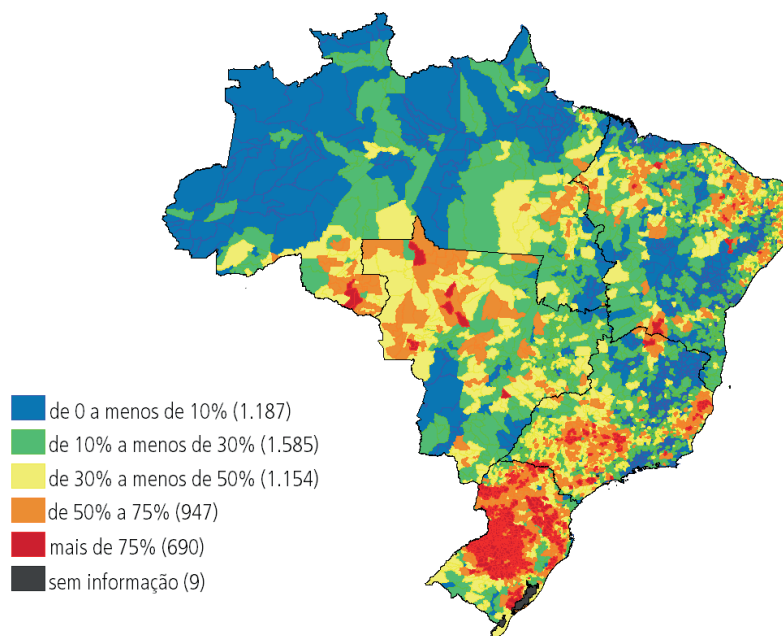


Fonte: IBGE (2020).

FIGURA 3

Predomínio de uso de agrotóxicos entre os estabelecimentos agropecuários no Brasil por município (2017)

(Em % de estabelecimentos e quantidade de municípios)



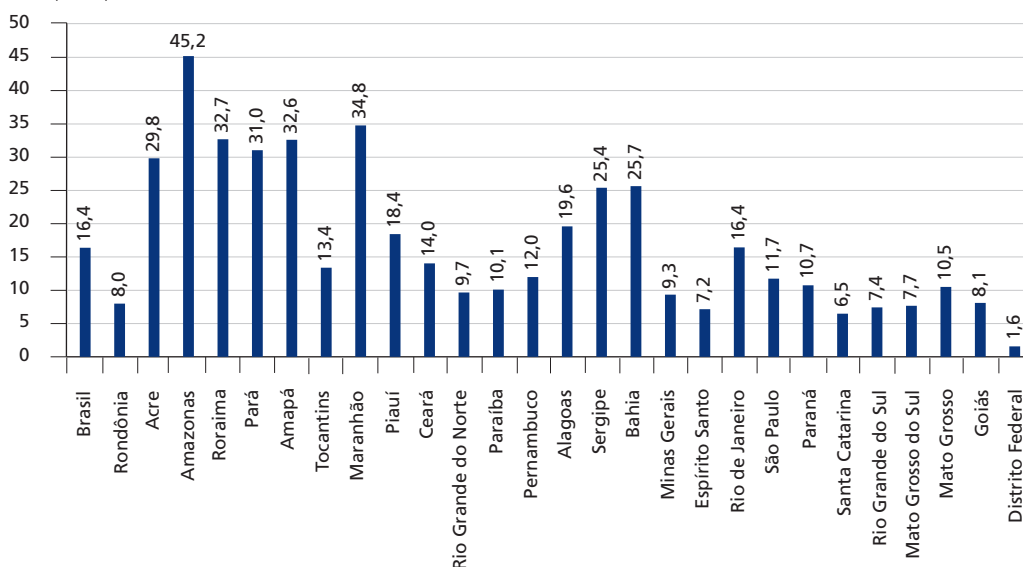
Fonte: IBGE (2020).

Tão importante quanto as tecnologias empregadas no campo é a presença de infraestruturas básicas nos estabelecimentos, como energia elétrica. Entretanto, a universalização do acesso à energia elétrica ainda não é uma realidade, conforme apresentado no gráfico 4. Observa-se grande *deficit* no acesso a esse serviço, principalmente na região Norte e em algumas áreas do Nordeste. O Distrito Federal apresentou o menor índice de não acesso (1,6%), enquanto, no outro extremo, 45,2% dos estabelecimentos rurais no estado do Amazonas declararam não ter acesso à energia.

GRÁFICO 4

Estabelecimentos agropecuários sem acesso à energia elétrica (2017)

(Em %)



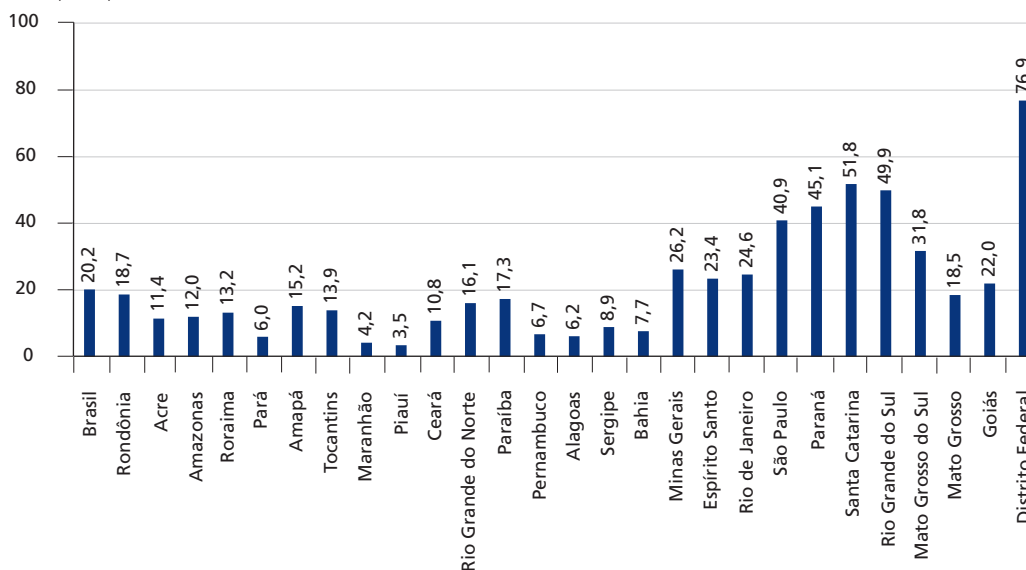
Fonte: IBGE (2020).

Há também grande heterogeneidade entre as UFs no que diz respeito ao acesso a informações que contribuam para ganhos de produtividade. Como ilustra o gráfico 5, é extremamente baixo o percentual de estabelecimentos que acessam a orientação técnica em todo o país. Os estados das regiões Sul e Sudeste, mais o Distrito Federal, apresentam os melhores índices.

GRÁFICO 5

Estabelecimentos agropecuários que acessaram a orientação técnica (2017)

(Em %)



Fonte: IBGE (2020).

Para suprir as deficiências estruturais, mercadológicas e burocráticas ou para fortalecer econômica e produtivamente os estabelecimentos, as formas de associação do produtor desempenham uma importante estratégia de organização no meio rural. Os dados do censo



agropecuário revelam as principais formas de associação do produtor no Brasil, conforme descrito na tabela 5.

TABELA 5  
**Número de estabelecimentos agropecuários por forma de associação do produtor**  
 (Em %)

	É associado				Não é associado
	A cooperativas	À entidade de classe/ao sindicato	À associação/ao movimento de produtores	À associação de moradores	
<b>Brasil</b>	<b>11,4</b>	<b>21,0</b>	<b>8,0</b>	<b>7,6</b>	<b>60,6</b>
Rondônia	8,7	12,8	16,1	2,4	66,5
Acre	4,1	18,1	15,8	8,9	60,3
Amazonas	3,7	8,8	8,7	6,8	74,8
Roraima	3,4	4,9	7,0	1,9	84,7
Pará	2,0	17,2	10,0	5,1	69,4
Amapá	6,4	6,9	20,2	3,8	68,3
Tocantins	1,8	3,7	7,9	5,9	82,2
Maranhão	0,7	32,0	4,1	8,8	59,4
Piauí	0,8	41,4	4,5	7,8	52,2
Ceará	0,9	27,6	6,7	19,5	54,2
Rio Grande do Norte	2,1	30,3	8,7	13,5	55,8
Paraíba	1,7	32,4	14,2	12,0	52,7
Pernambuco	1,1	16,6	13,9	13,8	61,7
Alagoas	3,0	8,9	8,0	5,8	77,5
Sergipe	1,6	10,7	6,0	5,7	78,3
Bahia	1,9	18,8	12,0	11,7	63,6
Minas Gerais	15,2	20,8	8,1	6,7	58,8
Espírito Santo	18,3	25,0	10,1	1,6	56,0
Rio de Janeiro	11,9	5,5	7,7	3,0	76,1
São Paulo	24,3	9,5	5,8	0,7	66,2
Paraná	34,9	10,0	3,2	1,8	58,2
Santa Catarina	34,9	25,2	3,7	2,2	49,9
Rio Grande do Sul	39,3	37,9	3,1	2,7	40,3
Mato Grosso do Sul	16,9	8,0	6,3	1,6	71,6
Mato Grosso	10,2	13,1	7,0	3,8	71,4
Goiás	14,1	8,6	3,4	1,5	75,8
Distrito Federal	10,6	3,8	19,4	6,6	65,3

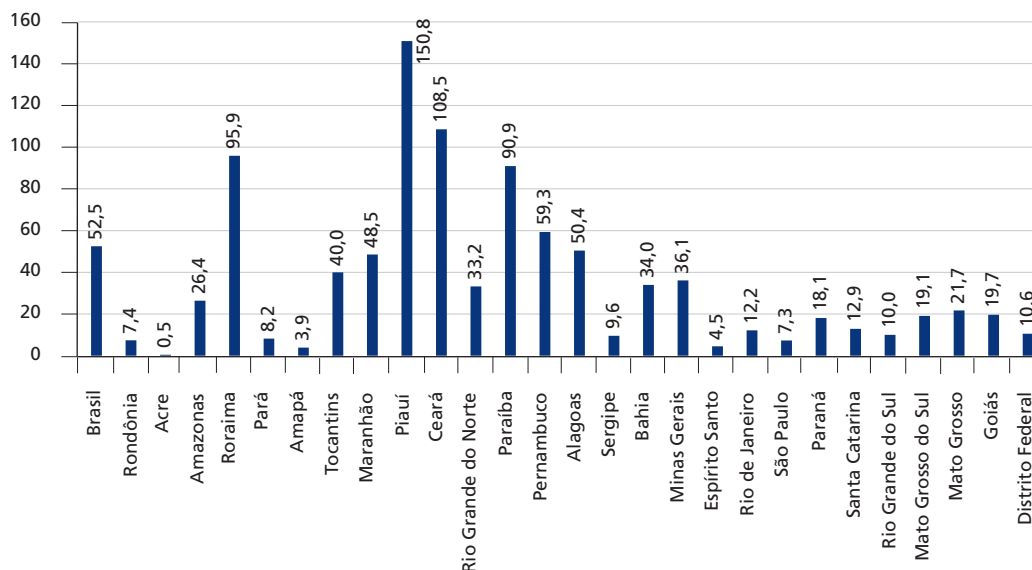
Fonte: IBGE (2020).

Ainda sobre a abordagem da importância do cooperativismo na agropecuária, o gráfico 6 mostra o impacto do cooperativismo sobre a comercialização da produção agropecuária, conforme proposto no texto *Produção agropecuária e cooperativismo na região Sul do Brasil: notas de pesquisa* neste boletim, para todas as UFs.

GRÁFICO 6

**Índice de impacto do cooperativismo sobre a comercialização da produção**

(Em %)



Fonte: IBGE (2020).

Como o índice apresentado no gráfico 6 mede a diferença do percentual dos produtores que comercializam a produção agropecuária entre aqueles associados a cooperativas e os não associados a elas, o resultado sugere que quanto maior o valor, maior é o impacto do associativismo nas condições de 2017. Outra forma de expressar é quanto menor o grau de cooperativismo dos estabelecimentos de uma localidade (município, UF), maior é o resultado positivo esperado da organização cooperativa. Isso se explica devido ao fato de que quem já está avançado na comercialização tem menor impacto por já contar com um conjunto de outras capacidades e infraestruturas (por exemplo: de integração, próprias, outro tipo de associação) ou mesmo apoio de políticas, já estando inserido na comercialização.

#### 4 CARACTERÍSTICAS ECONÔMICAS E PRODUTIVAS DOS ESTABELECIMENTOS

Um componente implícito da produtividade total dos fatores (PTF) é o rendimento monetário médio por área colhida. Aqui se destaca essa relação para a lavoura temporária, mais difundida no Brasil. Esse parâmetro permite, inclusive, comparar o desempenho dos estabelecimentos com produção agropecuária, independentemente do seu porte.

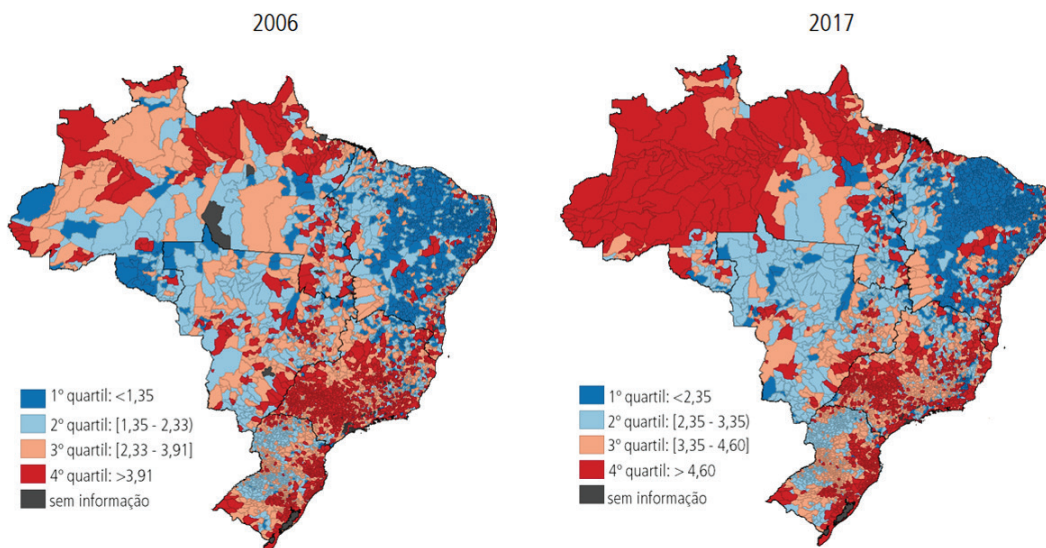
Na figura 4, esse rendimento médio por área é mostrado, com base referenciada nos municípios, tomado pelo seu Valor Bruto da Produção (VBP). Adicionalmente, a figura 4 também ilustra o rendimento monetário em 2006, evidenciando que as grandes mudanças ocorreram na região Norte (para mais) e na região Nordeste (para menos), neste último caso devendo-se considerar o forte impacto da seca de 2012-2017 sobre a produção.

Sobre o mesmo recorte, observando o rendimento monetário médio por área colhida e por produto, observa-se (gráfico 7) que há dois grupos de produtos, um deles até em torno de R\$ 8 mil/ha e outro acima disso, até R\$ 26,5 mil/ha – selecionados os vinte produtos com os maiores VBPs da lavoura temporária.

FIGURA 4

**Rendimento monetário médio por área colhida de lavouras temporárias no Brasil (2006 e 2017)**

(Em R\$ mil/ha)



Fonte: IBGE (2020).

Obs.: 1. Como observado em Santos e Santana (no prelo), no ensaio sobre a região Sudeste neste boletim, os dados do censo agropecuário de 2017 podem conter erro no caso da região Norte, principalmente no estado do Amazonas.

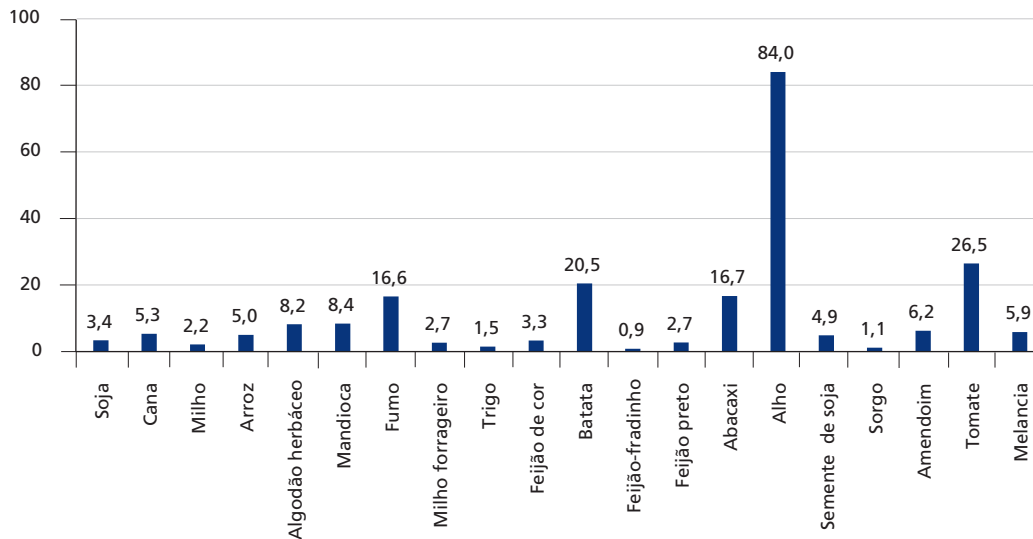
2. Os valores do VBP em 2006 foram corrigidos com base no Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), ano de referência 2017.

Entre os fatores explicativos das diferenças mostradas no gráfico 7 – que mostra rendimentos monetários médios mais baixos para grãos e cana-de-açúcar do que para frutos, legumes, raízes e outros – está o fato de que os cultivos do primeiro grupo são dependentes da mais larga escala – e, por isso, demandam, no modelo de produção dominante no Brasil, grandes lavouras, grandes volumes de água, mecanização e alto volume de capital. O caso do alho, o maior VBP por área, parece ser um ponto fora da curva, porque temperos têm alto valor agregado, demandando pequenas áreas, apesar de exigir manejo cuidadoso e grande despesa por unidade de área.

GRÁFICO 7

**Rendimento monetário médio por área colhida com lavouras temporárias no Brasil e principais cultivos (2006)**

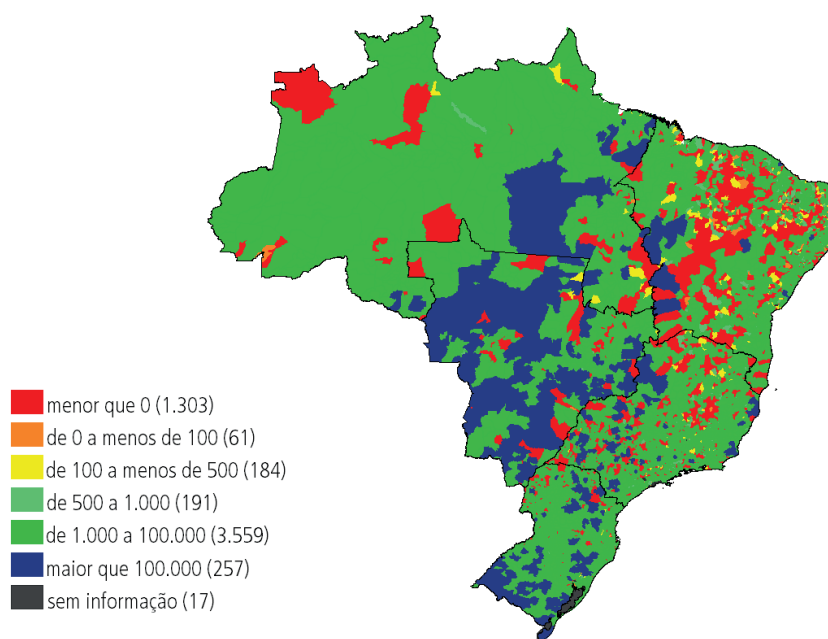
(Em R\$ mil/ha)



Fonte: IBGE (2020).

Outra relação comparativa importante para qualquer empreendimento, incluindo os agropecuários, é a de receita líquida dos estabelecimentos com produção, parâmetro diretamente relacionado à PTF. Na figura 5 é apresentada a distribuição nacional, com base na escala municipal, dos estabelecimentos, segundo os dados declarados ao censo agropecuário, tomando-se: receita líquida = receita total do estabelecimento – despesa total do estabelecimento. Observa-se que em 1,3 mil municípios há predomínio de estabelecimentos com renda líquida negativa, ou seja, que declararam prejuízo em 2017.

FIGURA 5  
**Distribuição dos municípios pela soma da receita líquida das atividades realizadas nos estabelecimentos agropecuários no Brasil (2017)**  
 (Em R\$ mil)



Fonte: IBGE (2020).

Em relação à figura 5, cabe lembrar, consideram-se apenas as rendas e despesas com a produção agropecuária e outras rendas atribuídas ao estabelecimento (agroturismo, artesanato, agroindústria rural etc.). Portanto, não são consideradas quaisquer outras rendas do produtor como aposentadorias, pensões e trabalho externo, embora todas tenham grande importância nos estabelecimentos com multifuncionalidade e pluriatividade.

A tabela 6 apresenta, por UF, a composição das receitas do produtor, de modo complementar ao que se mostrou na figura 5. Pode-se observar que o percentual de outras receitas do estabelecimentos em relação ao VBP, cuja média Brasil é de 1,97%, é, em geral, bastante baixo, como se espera, sendo que apenas no estado do Tocantins ele se aproxima de 5%. Já em relação a outras receitas do produtor (fora da produção), a média Brasil (17,19%) é bastante significativa, com destaque para os estados das regiões Norte e Nordeste e também os estados de Mato Grosso do Sul, Espírito Santo e Rio de Janeiro.

TABELA 6  
**Receitas e VBP no Brasil e UFs (2017)**

	Receitas	VBP	Receitas da produção agropecuária em relação ao VBP (%)	Outras receitas do estabelecimento em relação ao VBP (%)	Outras receitas do produtor em relação ao VBP (%)
<b>Brasil</b>	<b>413.965.937</b>	<b>462.361.551</b>	<b>87,56</b>	<b>1,97</b>	<b>17,19</b>
Rondônia	6.440.013	6.544.961	95,10	3,29	15,57
Acre	1.002.110	1.216.732	80,45	1,91	29,65
Amazonas	1.485.773	1.932.083	72,77	4,13	31,20
Roraima	634.922	758.860	82,05	1,62	22,88
Pará	12.364.953	13.541.909	88,10	3,21	14,57
Amapá	308.243	352.748	83,08	4,30	28,32
Tocantins	6.586.128	6.712.463	93,24	4,88	37,72
Maranhão	6.473.164	7.238.750	87,31	2,11	24,94
Piauí	3.884.811	4.809.493	79,09	1,68	53,87
Ceará	4.334.193	5.548.702	74,27	3,84	77,61
Rio Grande do Norte	2.271.506	2.498.915	88,49	2,41	31,71
Paraíba	2.035.407	2.250.672	87,17	3,27	93,64
Pernambuco	5.111.774	5.645.642	88,72	1,82	44,14
Alagoas	2.050.237	2.567.419	77,82	2,03	36,34
Sergipe	1.878.037	1.950.361	92,76	3,54	62,00
Bahia	19.122.465	21.029.180	88,59	2,34	39,71
Minas Gerais	52.015.283	59.780.233	85,25	1,76	17,96
Espírito Santo	6.950.472	7.614.989	88,79	2,49	41,35
Rio de Janeiro	2.855.884	2.982.761	92,89	2,86	37,83
São Paulo	50.047.618	60.124.002	81,87	1,37	9,13
Paraná	42.461.227	48.585.374	85,20	2,20	10,20
Santa Catarina	17.395.999	19.281.732	87,21	3,01	16,84
Rio Grande do Sul	47.697.695	54.250.540	85,95	1,97	11,19
Mato Grosso do Sul	25.444.106	26.874.588	93,43	1,25	27,56
Mato Grosso	55.995.473	58.643.756	93,90	1,58	3,74
Goiás	36.138.136	38.584.611	92,26	1,40	9,32
Distrito Federal	980.308	1.040.071	90,81	3,45	16,71

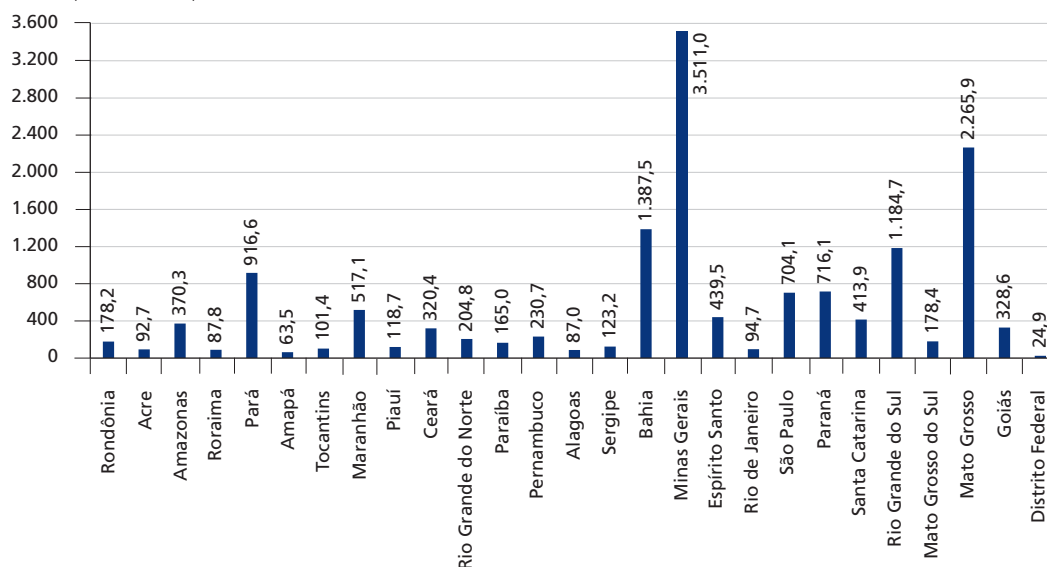
Fonte: IBGE (2020).

A título ilustrativo, como tratado no artigo sobre a região Sudeste, o gráfico 8 apresenta os dados do valor da produção da agroindústria rural por estado.

GRÁFICO 8

## Valor da produção da agroindústria rural (2017)

(Em R\$ milhões)



Fonte: IBGE (2020).

## 5 NOTAS FINAIS SOBRE INDICADORES DA AGROPECUÁRIA

Além do aprofundamento das análises sobre os dados apresentados, são desejáveis estudos sobre indicadores e índices agregados dos estabelecimentos. Pode-se avançar, nesse sentido, em três temas de grande apelo no Brasil e nos mercados consumidores, como nos países da OCDE e outros parceiros comerciais: i) diversidade agropecuária (produtiva, de sistemas de produção, de funções da agricultura); ii) sustentabilidade do uso do solo e da produção agrícola (manejo da terra-água-biodiversidade, inclusão social produtiva no campo, acesso a ativos); e iii) convergência de políticas públicas (baseadas nas demandas e nos objetivos dos produtores e do país).

Embora seja notório que a oferta de produtos da agropecuária e seus processados agroindustriais superam muito o consumo interno, levando a recordes de exportações e saldos da balança comercial, a abordagem sobre indicadores pode ajudar as políticas objetivando a melhora da qualidade de vida dos agricultores. A produção e difusão de indicadores alinhadas com a nova realidade da agricultura são essenciais como forma de promoção da sustentabilidade socioambiental. Eles também ajudam a correção de falhas alocativas, de modo a preservar postos de trabalho na agropecuária, a renda decorrente e a alcançar novos mercados com foco na produção sustentável.

## REFERÊNCIAS

BELLEN, H. M. van. **Indicadores de sustentabilidade**: uma análise comparativa. 2002. 235 p. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

COSTA, A. A. V. M. R. Agricultura sustentável I: conceitos. **Revista de Ciências Agrárias**, v. 33, n. 2, p. 61-74, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.mec.pt/pdf/rca/v33n2/v33n2a06.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2020.

FAO – FOOD AGRICULTURE ORGANIZATION. **FAO and the SDGs indicators**: measuring up to the 2030 Agenda for Sustainable Development. Roma: FAO, 2017. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/i6919en/i6919en.pdf>>. Acesso em: 9 abr. 2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira, 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. 151 p. (Estudos e Pesquisas, Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 39).

\_\_\_\_\_. **Censo Agropecuário 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>>. Acesso em: 28 mar. 2020.

SANTOS, G. R.; SANTANA, A. S. Panorama da diversidade produtiva e de renda na agropecuária brasileira: uma breve incursão nos dados do censo 2017. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, Brasília, no prelo.